



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 116

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 01 DE DEZEMBRO DE 2004

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

ANDRÉ VARGAS
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Natálio Stica
Líder da Oposição Durval Amaral
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Valdir Rossoni
PMDB Antonio Anibelli
PP Duílio Genari
PT Elton Carlos Welter
PDT Barbosa Neto
PSL Luiz Carlos Martins
PL Mauro Moraes
PPS Ratinho Júnior
PSB Dr. Luciano Ducci

Representação Partidária

PMDB - 10: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; PT - 10: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 05: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 04: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 101ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
01 DE DEZEMBRO DE 2004**

(quarta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Alexandre Curi e Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO ORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2144

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após o término da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 01.12.2004.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 2145

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º, do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 01.12.2004.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 2143

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a antecipação da Sessão Ordinária do dia 02 de dezembro (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária de quarta-feira.

Sala das Sessões, em 01.12.2004.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 2151

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER sejam arquivados os Projetos de Lei nºs 740/2003 a 766/2003.

Sala das Sessões, em 01.12.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 2158

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER arquivamento dos Projetos de Lei nºs 460/2003 a 473/2003, de autoria do Deputado Chico Noroeste.

Sala das Sessões, em 01.12.2004.

(a) NATÁLIO STICA

REQUERIMENTO Nº 2141

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, cumprindo deliberação unânime dos membros da CPI do Porto, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, a prorrogação do prazo de conclusão dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito do Porto de Paranaguá, por mais 60 (sessenta) dias, a partir do prazo previsto para seu término, haja vista que há inúmeras investigações ainda por concluir.

Sala das Sessões, em 01.12.2004.

(a) VALDIR ROSSONI

Presidente da CPI do Porto de Paranaguá

REQUERIMENTO Nº 2159

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, e nas qualidades de Pres-

idente e de Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito da Reforma Agrária, REQUEREM a postergação do prazo da conclusão e apresentação do Relatório Final, para que este seja apresentado no início da próxima Sessão Legislativa, com prazo final para 28 de fevereiro de 2005.

Apesar de esta Comissão ter seu prazo conclusivo datado para 05 de dezembro do corrente ano, urge a presente solicitação, devido a exigüidade de tempo para a feitura, conclusão, apresentação, votação e aprovação das conclusões finais de seu relatório, pelos motivos da complexidade nascida do grande número de depoimentos, da quantidade expressiva de documentação encaminhada para análise por esta CPI, da necessidade de visitar *in loco* alguns assentamentos e acampamentos no interior do Estado, que gerou fatos novos a serem avaliados, inviabilizando a apresentação do Relatório Circunstanciado, com as conclusões, no prazo anteriormente esperado.

Razões estas pelas quais pede-se o deferimento do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 01.12.2004.

(aa) ELIO RUSCH

Presidente da CPI da Reforma Agrária

DELEGADO BRADOCK

Relator da CPI da Reforma Agrária

REQUERIMENTO Nº 2153

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Sartori Filho, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 01.12.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2154

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Júlia Soares da Silva, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 01.12.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2148

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Sr. Carlos Roberto Massa (Ratinho) pela simpática campanha que vem fazendo em seu programa de televisão para que S. Exa., o Sr. Ministro de Estado dos Transportes, Dr. Alfredo Pereira do Nascimento determine as providências para a recuperação da BR-116 (trecho São Paulo-Paraná).

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Sr. Carlos Roberto Massa (Ratinho), bem como ao Exmo. Sr. Ministro dos Transportes, Dr. Alfredo Pereira do Nascimento.

Sala das Sessões, em 01.12.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É indeclinável dever honrar aqueles que por seus méritos fazem jus à admiração e à gratidão de seus semelhantes. Quanto mais, quando se trata de alguém, que por seus esforços tudo fez e está fazendo por esta sociedade. Homens como Carlos Roberto Massa (Ratinho), são marcos fincados à beira da estrada da vida que desafiam as intermpéries e os preconceitos.

Honrá-los é, pois, um comezinho ato de reconhecimento, e imitá-los, é dever.

Orgulha-se, portanto, esta sociedade, em legar aos pósteros este exemplo de virtude para que lhes sirva de modelo e estímulo.

“Governar é abrir estradas”.

Estas palavras de Washington Luiz ecoam em nosso espírito desde a nossa mocidade. É que o grande estadista governou os destinos do Brasil de 1924 a 1930, e compreendera que um País sem estradas seria como um corpo sem artérias.

Com efeito, como ligar as unidades de que se compõe esta vasta Pátria, a não ser por meio de estradas que permitam a circulação dos bens de consumo? Como se locomoveriam os homens, e como se transportariam as riquezas?

Neste século de velocidade seria na realidade uma anacrônico o estadista que não visse na estrada o meio mais importante e mais necessário ao progresso do País.

É, por assim pensarem que os administradores públicos, dignos desse nome devem dar o máximo de atenções às estradas, especialmente o trecho da BR-116, São Paulo-Paraná que ultimamente vem causando acidentes, como o que recentemente tirou a vida do motorista com o qual viajava nosso amigo, Ratinho.

Difundir este posicionamento, expressão majoritária da população, reafirmando ao mesmo tempo, a nossa crença na determinação do Exmo. Sr. Ministro de Estado dos Transportes, Dr. Alfredo Pereira do Nascimento, para a superação de desafios do presente momento com a fiscalização severa aos ambientalistas

causadores dos acidentes, com o derrame de óleo na pista ocasionando tantas vítimas fatais.

REQUERIMENTO Nº 2152

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, registro de votos de congratulações e aplausos ao jornal Gazeta de Toledo, em comemoração ao 10 aniversário de sua fundação, que se festeja dia 03 de dezembro de 2004.

Requer ainda, que se dê ciência ao Diretor-Editor Geral, jornalista Sérgio Guis através de ofício, com endereço à Rua Guarani, 2301, esquina com D. Pedro II - CEP 85902-010 - Toledo - PR.

Sala das Sessões, em 01.12.2004.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Uma década de circulação ininterrupta, prestando um importante serviço à nossa comunidade, registrando e publicando os fatos que fazem a história de nossa cidade, de toda a região Oeste do Estado.

Um jornal comprometido e reconhecido defensor da sociedade, que age com seriedade, responsabilidade e fidelidade aos fatos em defesa das causas da nossa terra.

Recebam os idealizadores, diretores, editores, redatores e todos os funcionários do hoje grande jornal Gazeta de Toledo, enfim a equipe atuante e eficiente, liderada e comandada pelo jornalista Sérgio Guis os votos de congratulações e aplausos pela comemoração do 10º aniversário.

REQUERIMENTO Nº 2155

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua Terezinha Alves Gaspar, sito no Bairro Imperador - Município de Piraquara, que solicitam policiamento ostensivo nessa rua, bem como em todo o bairro. Os assaltos e morte de pessoas são freqüentes.

A comunidade encontra-se muito apreensiva e sem segurança alguma, motivo pelo qual pedem o policiamento o mais urgente possível.

Sala das Sessões, em 01.12.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2156

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua Amintas de

Barros, que solicitam policiamento ostensivo na rua que residem, bem na Rua Dr. Faivre, Rua da Glória e proximidades do Passeio Público. Os assaltos são freqüentes e os moradores locais são os mais prejudicados, sendo que uma única moradora já foi assaltada 05 (cinco) vezes nas imediações da Rua Amintas de Barros.

Por essa região ser alvo de assaltos constantes, os moradores pedem o policiamento o mais breve possível.

Sala das Sessões, em 01.12.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2157

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua Apucarana, sito na Vila Pernetá - Município de Pinhais, que solicitam policiamento ostensivo nessa vila. Os assaltos são freqüentes e em plena luz do dia.

A comunidade encontra-se muito apreensiva e sem segurança alguma, motivo pelo qual pedem o policiamento o mais urgente possível.

Sala das Sessões, em 01.12.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2146

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Procurador Geral de Justiça do Paraná, Dr. Milton de Maria Riquelme de Macedo, solicitando apoio técnico e pessoal para dotar de mais condições de atendimento às Promotorias Públicas de Londrina, a fim de poderem executar ainda melhor as ações em defesa da população.

Sala das Sessões, em 01.12.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2147

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Saúde Exmo. Sr. Cláudio Murilo Xavier, solicitando informações quanto aos recursos financeiros (valor) que o CISMEDPAR - Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Paranapanema - repassou à Autarquia Municipal de Londrina, a título de ressarcimento, pelo atendimento de saúde por conta do convênio entre os dois órgãos.

Sala das Sessões, em 01.12.2004.

(a) BARBOSA NETO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 456/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública, o Centro de Estudos do Menor e Integração na Comunidade - CEMIC - Creche Recanto do Amor, do Município de Umuarama, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.12.2004.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, tem sua sede e foro na Rua Bararuba, 2835 em Umuarama, é constituída sob forma de sociedade civil, Pessoa Jurídica de Direito privado, sem fins lucrativos de caráter filantrópico e de assistência social.

A Creche Recanto do Amor, tem por objetivo a integração da criança carente na sociedade, com a realização de atividades que visam o bem-estar e também acompanhamento médico e psicológico dos associados.

A documentação que institui este projeto, encontra-se dentro dos ditames da Lei 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoio e consequente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 457/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

SÚMULA:

Altera a Lei nº 13.212, de 29 de junho de 2001, que dispõe sobre alterações à legislação do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, incidente sobre carnes e adota outras providências.

D E C R E T A :

Art. 1º - O parágrafo 4º do artigo 4º, da Lei nº 13.212, de 29 de junho de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“4º -...

§ 4º - O benefício previsto neste artigo não se aplica:

I - às operações de saídas de couro, de pele e dos produtos deles resultantes;

II - às operações de saídas destinadas ao exterior.”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01.12.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O presente anteprojeto de lei tem por objetivo corrigir distorções econômicas presentes no agronegócio do couro, nascidas a partir da concessão de benefícios fiscais (créditos presumidos) aos abatedouros de gado bovino e bubalino, que trazem prejuízos às empresas do setor sediadas neste Estado.

O Sindicato da Indústria de Curtimento de Couro e Peles do Estado do Paraná - SICPPAR, expôs, em correspondência encaminhada à Coordenação da Receita do Estado, que os curtumes instalados no Paraná têm capacidade instalada em torno de 50% superior à oferta de matéria-prima existente neste Estado.

Ressaltou que o regime fiscal atual estimula que os frigoríficos vendam matéria-prima (couro), preferencialmente, para fora do Estado, e que algumas unidades federadas produtoras desta matéria-prima vêm tributando o couro verde, salgado ou salmourado, com base em pauta fiscal, aplicando valores muito acima da realidade do mercado. Com este procedimento, criam uma verdadeira barreira fiscal para que esta matéria-prima permaneça em seus Estados de origem.

Estas duas realidades trazem aos curtumes deste Estado dificuldade na aquisição de matéria-prima, seja em operação interna e interestadual.

Ainda, de acordo com o SICPPAR, cerca de 50% do couro verde produzido no Estado do Paraná é comercializado com outros Estados (principalmente São Paulo e Rio Grande do Sul).

Devido ao crédito presumido aos abatedouros ou encomendantes do abate (art. 4º da Lei 13.212/2001), os quais destacam o ICMS na nota fiscal aplicando a alíquota de 12%, entretanto somente recolhem sobre o percentual de 5%, existe, atualmente, neste Estado, uma defasagem de 75% entre a disponibilidade e a necessidade de couro verde, para o abastecimento do setor coureiro do Estado, o qual necessita adquirir, no mercado externo, cerca de 12 mil couros/dia.

Por fim, o SICPPAR destacou que, com a atual legislação tributária deste Estado, favorecendo a saída de matéria-prima sem valor agregado, esta discrepância aumenta ainda mais.

O Estado do Paraná é um dos únicos Estados da Federação que possui uma legislação que incentiva a saída de couro verde, salgado ou salmourado, praticamente sem recolhimento do ICMS, por parte dos abatedouros, os quais têm interesse em vender o couro verde, resultante quase que exclusivamente do abate de gado bovino, para outros Estados, pois cobram de seus clientes, embuto no preço, 12% de ICMS, mas recolhem apenas 5%, em função de crédito presumido que lhes é concedido pela Lei nº 13.212/2001.

Ainda, se considerarmos que os abatedouros podem manter, proporcionalmente às saídas interestaduais, diversos créditos relativos à entradas, cumulativamente com o crédito presumido por estas saídas, praticamente não há recolhimento aos cofres de nosso Estado, quando da saída de couro verde ou salgado para outros Estados.

Entretanto, os curtumes, quando da saída de couro, não possuem benefícios fiscais, sendo que, o Estado do Rio Grande do Sul, com base em Instrução Normativa editada naquele Estado, ainda glosa parte do crédito fiscal deste produto de origem paranaense.

Em face da situação exposta, verificamos que, com a manutenção do benefício do crédito presumido sobre as saídas de couro realizadas pelos abatedouros, outro setor importante da economia deste Estado está sendo fortemente prejudicado, pois não consegue competir, em condições de igualdade com os curtumes instalados em outros Estados, principalmente pelo interesse de nossos abatedouros em vender sua produção para empresas sediadas em outras unidades federadas, pois destacam, em suas notas fiscais, 12% do imposto, e recolhem muito menos, sendo que, se venderem estas mesmas mercadorias no mercado interno, estas sairão ao abrigo do diferimento, não havendo imposto embutido no preço, e pela dificuldade em adquirir couro de outros Estados, em razão da aplicação de duas pautas fiscais absurdas, uma para operações internas e outra para saídas interestaduais (cujo valor chega a ser até cerca de 80% superior em relação às operações internas).

Os dados apresentados pelo SICPPAR mostram que os curtumes do Paraná têm condições de processar todo o couro aqui produzido, uma vez que estão operando com capacidade ociosa. Assim, não haveria lógica em estimular a saída de couro para outros Estados, praticamente sem tributação, gerando o desabastecimento dos curtumes deste Estado.

Com base nos dados anteriormente apresentados, a alteração proposta na Lei nº 13.212/2001, retira, do estabelecimento de frigorífico que realizar o abate de gado bovino, bubalino ou suíno, ou aquele que tenha encomendado este abate, o crédito presumido sobre as operações de saídas de couro, pele e produtos deles resultantes.

Entretanto, como a principal justificativa da Lei nº 13.212/2001 foi dar aos abatedouros paranaenses um tratamento isonômico em relação àqueles estabelecidos em outras unidades federadas e, como estes se encontram em situação privilegiada em relação aos demais, no que se refere às saídas de couro verde, salgado ou salmourado, percebe-se que o espírito da Lei seria mantido.

Ressalte-se que os estabelecimentos abatedouros sediados em outras unidades federadas não possuem qualquer benefício semelhante ao oferecido pelo Estado do Paraná, em relação aos produtos em questão.

Do ponto de vista fiscal, esta proposta não tem fito de aumento direto de arrecadação, apenas de, como já

mencionado, corrigir distorções existentes neste setor produtivo e recolocar os curtumes paranaenses em condições de competitividade com aqueles estabelecidos em outras unidades federadas.

PROJETO DE LEI Nº 458/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica acrescentadas as alíneas “u” e “v” ao inciso II, do artigo 14, da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 2004, com a seguinte redação:

“u) pias, lavatórios, colunas para lavatórios, banheiras, bidês, sanitários e caixas de descarga, mictórios e aparelhos fixos semelhantes para uso sanitário, de porcelana ou cerâmica, classificados nos códigos 6910.10.00 e 6910.90.00 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL, NCM;”

“v) ladrilhos e placas de cerâmica, exclusive para pavimentação ou revestimentos, classificadas nos códigos 6907 e 6908 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL, NCM;”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01.12.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Em recente pronunciamento público o Governador do Estado de São Paulo anunciou uma série de medidas de ordem tributária no sentido de proteger a indústria e a economia paulista, bem como dar condições efetivas para o seu desenvolvimento. Dentre as medidas anunciadas estava a de remessa à Assembléia Legislativa daquela Federada de projeto de lei que teria por escopo reduzir as alíquotas do ICMS nas operações internas de louça sanitária e cerâmica de revestimento.

À primeira vista pode parecer que tal medida em nada afeta a economia, as empresas e a arrecadação tributária, paranaense. No entanto, não é isto que irá ocorrer. Editada tal lei, as empresas paulistas terão a carga tributária final de 12% e as empresas paranaenses de 18% nos mesmos produtos. Isso significa que os preços finais no Estado de São Paulo serão consideravelmente menores que os praticados pelos contribuintes do Estado do Paraná. Com a alteração das alíquotas internas para baixo, os contribuintes paulistas que nas vendas a consumidor localizado em outro Estado deveriam pagar 18% passariam a pagar apenas 12%. Assim o vendedor paulista terá enorme vantagem em atender o consumidor paranaense, pois a carga fiscal nas compras interestaduais será menor do que a das compras internas. Além disso é revelante considerar que as empresas de construção civil são apenas contribuintes do Imposto sobre Serviços, de competência municipal, portanto igualadas, do ponto de vista tributário, nas aquisições de mercadorias e bens aos consumidores finais,

sendo que nas operações interestaduais para essas empresas o imposto que era de 18% cairá para 12%. Como as louças sanitárias e os revestimentos cerâmicos têm elevada participação no custo das obras, qualquer redução no valor do ICMS, fará com que se torne extremamente vantajoso adquirir tais produtos de fora do Estado, apesar do eventual aumento no custo do transporte.

Nessas circunstâncias a manutenção das atuais alíquotas no Estado do Paraná fará com que o fornecimento de materiais de construção para as empresas construtoras e incorporadoras de imóveis seja realizado de fora do Estado. Além disso os particulares também serão estimulados a fazer sua compra no Estado de São Paulo tendo em vista a grande vantagem financeira, em termos de redução de custos, que obterão.

A redução de vendas desse tipo de material de construção pelos comerciantes locais terá como consequência o enfraquecimento econômico das empresas paranaenses, a redução da arrecadação do ICMS, e a conseqüente perda de empregos no Estado. O setor de comércio de materiais de construção no Estado do Paraná, segundo o IBGE, congrega 9.600 estabelecimentos, empregando diretamente mais de 54.000 trabalhadores, realizando vendas em valor superior a R\$ 2.600.000,00 (dois bilhões e seiscentos milhões de reais) anuais.

Dito isto, a solução proposta no presente projeto de lei é medida que se impõe, sob pena de deixarmos de atender o mercado consumidor, desses produtos, através de empresas paranaenses. A diferença de tratamento tributário, quebrando a necessária neutralidade que o imposto deve exercer nas relações econômicas, estabelece uma concorrência desleal no mercado em detrimento das nossas empresas, que não terão como se defender, cabendo ao Estado fazê-lo. A aprovação do presente projeto de lei não impedirá de todo os efeitos danosos as empresas e a economia paranaense, mas, no entanto, dará condições de igualdade às empresas locais para concorrerem com empresas de outros Estados, no mercado local.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Passamos ao Pequeno Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Natálio Stica.

O SR. NATÁLIO STICA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Recebi, ao final da Sessão da tarde de ontem - e por isso não foi possível usar da tribuna, mas faço no dia de hoje - correspondência que diz o seguinte:

(Lê):

“São Paulo, 29 de novembro de 2004.

À

PAULO PIMENTEL

Presidente da

Companhia Paranaense de Energia - COPEL

Sr. Presidente:

Foi com grande satisfação que o BBVA contou com sua participação e do Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, nas reuniões realizadas em Nova York. Temos a convicção de que a partir desses valiosos encontros, o mercado financeiro internacional iniciou a reversão da falsa percepção do risco atribuído ao Governador Roberto Requião.

Reiteramos o nosso interesse em fortalecermos nossa parceria ao realizarmos novos road-shows, tantos no continente europeu quanto nos Estados Unidos nas cidades não cobertas durante esses encontros. Salientamos a importância da continuidade desses eventos para que a comunidade financeira internacional tenha uma melhor percepção das boas condições de investimento existentes no Estado do Paraná, cujo expoente desta propaganda é a Companhia Paranaense de Energia - COPEL.

Em vista do sucesso desses encontros realizados em Nova York, em nome da BBVA faço o convite à COPEL, extensivo ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião, a participar de eventos para a comunidade financeira da cidade de Londres no dia 7 de fevereiro de 2005. Seguindo-se a cidade inglesa, poderíamos seguir o road-show pelas cidades de Edimburgo, Copenhague, Frankfurt, Zurique, Paris, Amsterdã, Madri e Barcelona.

Atenciosamente,

Sérgio Tamashiro

Utilities Senior Analyst

Banco Bilbao Viscaya Argentaría - BBVA”

Vejam Srs. Deputados, quando subi à tribuna para responder às acusações aqui feitas por alguns Deputados da Oposição, de que o Governo estava passeando em Nova York, e eu aqui disse que foi, sim, a Nova York para bater o sino na mesa do capitalismo mundial, porque lá foi homenageada uma empresa que é o orgulho do povo do Paraná, que é a COPEL, e com certeza orgulho do povo brasileiro, e disse que o Governador Roberto Requião foi e irá, certamente outras vezes, quando tivermos - e esperamos ter, em breve - outras homenagens a nossas empresas, mas que jamais vão ver o Governador Roberto Requião ir a Nova York bater o martelo da privatização que era o desejo do ex-Governador.

E aqui está já o primeiro reconhecimento e o primeiro resultado efetivo dessa viagem, um convite para que a partir de fevereiro de 2005 várias cidades da Europa e dos Estados Unidos sejam visitadas pelo Governador Requião e pelo Presidente da COPEL, numa demonstração cabal de que nós, do Estado do Paraná, e que a nossa empresa, a COPEL está orgulhando o povo do nosso Estado, e que aqui o desenvolvimento, que já é visível, vai muito mais, ainda, ter oportunidade de crescimento pelas ações corajosas do Governador Requião. E o risco chamado pela Oposição acaba caindo por terra quando mostra que o risco Requião na verdade chama-se solução Paraná.

Trago então essas informações e estou pedindo que a minha assessoria providencie uma cópia a cada um dos Srs. Deputados do Paraná para que tomem conhecimento. Muito obrigado.

O SR. BARBOSA NETO (Pela Ordem)

Sr. Presidente, gostaria apenas de agradecer a presença aqui na tribuna de honra da Assembléia Legislativa, na tarde de hoje, do Sr. Pedro Faraco Neto, que é da COHAPAR de Londrina, e também do Sr. José Novais Faraco, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento de Londrina.

Muito obrigado pela visita aqui em nosso plenário, hoje.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Fica registrado a visita dos ilustres visitantes.

No Pequeno Expediente, Deputado André Vargas, e também vai usar no mesmo horário, o Horário da Liderança do PT.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Tem sido, como é natural de uma sociedade democrática, uma polêmica permanente em relação aos Governos instalados. As Câmaras de Vereadores debatem lá a questão municipal, mas não deixam de debater as questões estaduais. A Assembléia debate as questões estaduais, mas não deixa de debater também as questões federais. E, naturalmente, hoje as páginas de jornais todas exprimem um resultado importante para a economia nacional do crescimento do PIB nacional, da quantidade de riqueza que este País produz, e que dependendo das políticas distributivas podem e devem beneficiar o conjunto da população.

Ouvi por esses dias, e tenho ouvido, às vezes calado, críticas em relação à política econômica do Lula vindas aqui do Paraná, deste Parlamento, de lideranças políticas. Entendo estarem criticando o Governo Lula pelas suas qualidades. Um erro estratégico, um equívoco que será julgado com o tempo. Por quê? No País, quando nós assumimos o Governo Federal, Governo Lula, sou Presidente do Partido do Governo Lula, tenho a honra de pertencer a esse Partido juntamente com meus companheiros, e tendo construído esse Partido a partir do compromisso de mudanças, - responsáveis, - percebo que as coisas estão acontecendo. O velho dilema de que o PT ao assumir o Governo geraria uma instabilidade na relação com o capital internacional, com os outros Países, com o mercado internacional, foi resolvido, o nosso Governo foi responsável. Um dos compromissos era honrar os contratos, porque um dos paradigmas fundamentais do estado de direito é o cumprimento da lei e daquilo que foi acordado pelo governo anterior. Isso vale para as prefeituras. Não vale para contratos ilegais.

Se o Lula vencedor, e por isso o dólar em 2002 foi a quatro reais, se o Lula suspenderia o pagamento da

dívida externa para consolidar as condições de crescimento, também foi superado.

E agora, com o resultado de crescimento do último trimestre de 6,1 do PIB, está aí o resultado. O superávit primário, muito criticado por setores da emenda do PT, setores nacionalistas de uma visão, no meu entendimento, da década de 50 do século passado. Defendem políticas absolutamente inconsistentes no ponto de vista econômico, falando de economia como se fosse um jogo do ATLETIBA. Superficialmente todos temos nossos palpites com relação a futebol, mas quem é técnico e jogador sabe da responsabilidade que tem, o que deve fazer.

Portanto, pagar dívidas, ter superávit primário e desenvolver o País não são dicotomias necessariamente apresentadas como verdades.

É possível, é responsável e conseqüente, mesmo que com isso alguns digam que o Governo do Lula seja neoliberal, por conta que sustentou uma política monetária, um controle inflacionário preciso, uma política fiscal austera, mas, ao mesmo tempo, viajou o País, aumentou as exportações e, já nas nossas exportações, a dependência do agronegócio para a evolução do PIB não é absoluta, porque já exportamos produtos industrializados.

Não mais matéria-prima sem valor agregado. Exportamos também produtos industrializados. Isso dá consistência para a economia. Atrai investimentos produtivos, pois que o capital não é visto como inimigo do trabalho. Essa conciliação dentro de uma visão social, mas também austera e responsável, dá os resultados que aí estão.

Não teremos um passe de mágica. Não vamos anunciar a criação de 10 milhões de empregos já. Se multiplicarmos o resultado do Paraná junto com o de São Paulo e de outros Estados, talvez já tivéssemos esse número, mas com carteira assinada são 140 mil novos empregos no Paraná e um milhão e meio no Brasil.

Resolvemos os problemas nacionais? Não. São menos de dois anos de governo, sem bravata, sem xenofobia, sem preconceito contra o capital estrangeiro, desde que produtivo. Sem medidas populistas no campo cambial. Se hoje o dólar está menos ou a mais, não faremos esse tipo de política.

Temos boas notícias, sinalizações positivas para o ano de 2005 muito melhor, mas conviveremos ainda com dificuldades que todo Governo tem na eficiência dos gastos públicos.

Precisamos melhorar a qualidade dos nossos gastos públicos; precisamos fazer com que as verbas de saneamento aconteçam em matéria de obras; precisamos investir em portos e em infra-estrutura; precisamos, também, conciliar a relação entre Estado, União e os Municípios em um novo e possível pacto federativo, distribuindo as riquezas do País.

As políticas de inclusão social são fundamentais porque, enquanto o emprego não chega, é preciso chegar

um programa social para que a pessoa possa no mínimo, comer e beber um litro de leite, como ocorre com programas aqui no Paraná, políticas de inclusão social que aconteçam na vida das pessoas.

Não haverá um país ou uma nação democrática e moderna com o povo contemplado minimamente, se não tivermos responsabilidade, austeridade fiscal, controle dos gastos públicos, controle para que aumentemos a eficiência desses gastos e credibilidade. Dar calote não gera credibilidade para o País e, portanto, já vemos aparecer críticas ao Presidente Lula. Às vezes as críticas são bem-vindas no campo democrático, mas é bom dizer que não tivemos crescimento econômico como esse, a não ser no Governo Itamar; não tivemos democracia; não tivemos um debate democrático nas várias instâncias de Governo, como esse que estamos vendo aqui.

Companheiros e companheiras, não venho comemorar; venho apenas refletir. Nós da classe política teremos tanto mais credibilidade quanto maior for a responsabilidade a austeridade, a honestidade, a transparência na gestão dos recursos públicos e na gestão da política econômica. Responsabilidade, credibilidade e, acima de tudo, um compromisso com o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Com a palavra o Sr. Deputado Barbosa Neto.

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Eu subo à tribuna na tarde de hoje para fazer aqui um apelo aos Deputados que compõem o Bloco de Sustentação ao Governo Roberto Requião, nesta Casa.

Estamos pretendendo, com este apoio, fazer com que o Governo corrija uma distorção que vem penalizando cerca de 680 servidores do Quadro Próprio do Poder Executivo, aqueles que são ocupantes de cargos efetivos e que foram admitidos em data anterior ao dia 05 de outubro de 1988, segundo os critérios que especificam essa determinação.

Estamos querendo, na oportunidade, fazer com que haja o cumprimento de um acordo feito pelo Chefe da Casa Civil, Deputado Caíto Quintana, que no dia 25 de outubro deste ano, em reunião com os representantes dos servidores públicos, assumiu o compromisso, perante a esta Comissão, de levar o anteprojeto de lei para que o Governador Roberto Requião pudesse enviá-lo até esta Casa, e esse compromisso foi assumido tendo como prazo limite, o dia de hoje. Portanto, estamos fazendo aqui essa cobrança para evitar o prejuízo que já está tendo essa categoria de engenheiros, de psicólogos, contadores, geógrafos, economistas, profissionais das mais diversas atribuições e funções dentro do Quadro de Carreira do Governo do Estado.

Nós queremos que esta lei complementar aja em consonância com os dispositivos constitucionais.

É na verdade a organização das carreiras dos integrantes do Quadro Próprio do Poder Executivo.

Ficamos sabendo até de forma que nos regozija, a notícia alvissareira que, na oportunidade devida, Deputado Elio Rusch, será dado aqui por V. Exa. num acordo inclusive com o Deputado Natálio Stica, Líder do Governo nesta Casa, que vai proporcionar aos advogados do Governo do Estado a condição de também serem respeitados e valorizados pelo Governador Roberto Requião.

Então, Deputado Natálio Stica, o pedido que estamos fazendo hoje aqui é em respeito a esses servidores que merecem também o mesmo tratamento isonômico, já que foi assumido esse compromisso com o Deputado Caíto Quintana no dia 25 de outubro, para que a justiça seja feita.

Nós sabemos que o Governo do Estado tem várias distorções que merecem ser corrigidas, que pegou sem dúvida nenhuma uma situação não muito boa em relação a essa questão de pessoal, mas que aos poucos o Governo vem procurando apagar todas essas reivindicações.

Portanto, queremos fazer essa solicitação na tarde de hoje, pedindo inclusive aqui a complacência de V. Exas. para que levem até o conhecimento do Governador esse compromisso que já foi assumido, para que o enquadramento, que é um instrumento legítimo, proporcione a colocação dos profissionais segundo os critérios de escolaridade, de desempenho, posto que abrange tão somente os servidores admitidos originalmente por concurso público ou tiveram o seu emprego transformado em cargo público dentro de um mesmo quadro que passou por posteriores...

(interrompido)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo a V. Exa. mais um minuto ou passa a usar o horário do seu partido?

O SR. BARBOSA NETO

Gostaria só de usar mais um minuto do tempo, se me permite Sr. Presidente, já finalizando essa cobrança porque na verdade é uma cobrança justa, necessária, e está dentro de um prazo limite para evitar que esses valerosos servidores que ainda não foram contemplados com um enquadramento, reenquadramento, possam ser respeitados. Porque, Deputado Elio Rusch, será que vão passar aqui mais um Natal, mais uma vez na esperança de conquistarem esse direito que é legítimo? Esses valerosos servidores?

Era essa a colocação que eu gostaria de fazer e cedo até um aparte a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

V. Exa. está usando o Horário da Liderança do seu partido, então.

O SR. BARBOSA NETO

Está bom. Muito obrigado, já estou usando. Comecei, já estava um minuto, mas não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

É que no Pequeno Expediente não pode dar aparte. V. Exa. deu aparte ao nobre Deputado, esta Presidência entendeu que V. Exa. já estava usando o Horário da Liderança.

O SR. BARBOSA NETO

Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Elio Rusch

Deputado Barbosa Neto, ouço com muita atenção o seu pronunciamento e temos ouvido falar aqui na Assembléia Legislativa que há muitos anos a questão do Quadro Geral do Estado do Paraná, no que diz respeito aos vencimentos dos funcionários.

Lembro-me muito bem, no Governo passado ainda, quando os Deputados que faziam Oposição ao Governo do Estado, questionavam veementemente a questão dos vencimentos do quadro geral. Agora estamos no outro Governo; exatamente os que faziam Oposição na época, há dois anos, e nada de reajuste para o quadro geral. O pronunciamento que V. Exa. faz encontra respaldo. Oxalá, os Deputados que apóiam o Governo do Estado consigam fazer com que o Executivo mande uma mensagem à Assembléia Legislativa que venha corrigir essas distorções que existem.

Se olharmos no interior do Estado e na Capital também e Região Metropolitana, tem funcionários da Educação, da Saúde, qualquer Secretaria, recebendo salário mínimo! Fui em algumas escolas e é questionado - sabemos que houve o plano de cargos e salários dos próprios professores, que foi votado nesse governo, após uma ampla negociação dos Deputados, com a APP-Sindicato e o Governo do Estado e ao menos se conseguiu chegar ao mais próximo possível daquilo que o próprio Governo poderia ceder e aquilo que os professores estavam requisitando. Dentro da Educação existem os funcionários de serviço geral, serviço operacional nas escolas, os secretários, os zeladores, as secretárias, que fazem o serviço burocrático, que não tiveram a correção dos seus vencimentos! Isso não vem de agora, vem de muitos e muitos anos!

V. Exa. que foi procurado por algumas pessoas, como nós fomos, os Deputados que dão sustentação ao Governo também estão sendo procurados constantemente, para que possamos, o mais próximo possível, que o Governo faça um esforço. Não vamos chegar naquilo que chegou o próprio Governador de Minas Gerais, Aécio Neves, que reduziu as secretarias, os salários dos secretários. Acho que é um ato que não corresponde àquilo que deveria acontecer efetivamente.

No Paraná, a Assembléia Legislativa, por iniciativa própria da Casa, votamos e estamos votando. Está na Ordem do Dia de hoje ainda um aumento de 100% para os Secretários. Eu disse uma vez, como é que vamos explicar para os funcionários do Estado, principalmente, os Deputados que votaram a favor desse aumento dos

Secretários, a não concessão do aumento para eles? Se não for aumento do quadro, que seja uma gratificação! Vamos dar uma alegria para os nossos funcionários!

Parabéns pelo seu pronunciamento. Espero que se isso não vá acontecer este ano; estamos no final dos trabalhos legislativos de 2004. Que em 2005 possamos corrigir. Que o Governo do Estado possa enviar uma mensagem à Casa, para que possamos corrigir essa distorção.

O Sr. Natálio Stica

Permite-me um aparte?

Deputado Barbosa Neto, V. Exa. traz a preocupação que é de muitos Deputados, já que há uma distorção a ser corrigida.

Acabo de conversar com o Dr. Sérgio Botto de Lacerda. Ele está em Brasília neste momento. Disse-me que a mensagem está pronta para que o Governo assine. Só não foi ainda, porque o Governador estava viajando. Dr. Sérgio está hoje em Brasília. Tão logo do seu retorno, vai estar com o Governador Requião.

Portanto, tenha a certeza que na semana que vem, teremos boas notícias.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Um minuto para V. Exa. concluir.

O SR. BARBOSA NETO

Muito obrigado, Presidente.

Gostaria de agradecer o aparte do Deputado Elio Rusch e também desse compromisso, que foi assumido agora pelo Líder do Governo, Deputado Natálio Stica. É sem dúvida nenhuma uma excelente notícia para os servidores do Estado, que se enquadrarão a essa tendência, que sentimos ao longo desse ano, quando foi aprovado o PCCS para os professores, quando tivemos aí também o enquadramento dos próprios servidores desta Casa, da Assembléia Legislativa, que também terão aquinhoados os seus benefícios necessários e justos. Agora, tivemos aí o Tribunal de Justiça, que também recebeu desta Casa a correção exata.

Hoje mesmo na Comissão de Constituição e Justiça os Procuradores do Estado, do MP também vão receber tratamento igualitário. Na verdade, é a justiça sendo feita.

Agradeço a condescendência de V. Exas. e principalmente do Líder do Governo do Estado, nesta oportunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

O Grande Expediente de hoje está reservado ao lançamento estadual da campanha nacional contra o abuso familiar, por solicitação do nobre Deputado Artagão de Matos Leão Júnior.

Com a palavra o Deputado Artagão.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Estamos recebendo nesta tarde o Pastor Antônio Moreira, Presidente da Associação Sul Paranaense da Igreja Adventista, acompanhado de sua esposa, professora Shirley; Pastor Celso Chimeni, responsável pela área social também da Igreja da Região Sul do Paraná; Pastor Nadallini, acompanhando o Clube de Desbravadores Nuvem do Oriente e a Professora Mabel Guedes, que é a coordenadora do programa do Ministério da Mulher na região Sul do Brasil. Estarão falando aqui, objetivamente, sobre o lançamento da revista Quebrando o Silêncio, que aborda o problema da violência doméstica, da violência às mulheres, do abuso às crianças com alguns números bastante impactantes.

Senão vejamos: a cada minuto, em nosso País, quatro mulheres são agredidas, 2 milhões e 100 mil mulheres, por ano, uma mulher a cada quinze segundos.

Para a apresentação deste material e também para percorrer um pouco sobre a ADRA nós passamos a palavra ao Pastor Antônio Moreira e na sequência à professora Mabel Guedes.

O PASTOR ANTÔNIO MOREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

É uma honra estar aqui ocupando esta tribuna que representa o que há de mais importante neste Estado, que é o seu povo e seus representantes legítimos, escolhidos por ele.

A Igreja Adventista do Sétimo Dia surgiu em 1844 e já em 1890 estava desenvolvendo-se de uma forma organizada no que diz respeito ao programa assistencial.

A princípio atuava atendendo às populações necessitadas das favelas urbanas. Vejam só, 1890, se fala em favela hoje, mas já naquele tempo havia este problema. A Igreja Adventista continuou crescendo e se desenvolvendo nesta área. Na época da 2ª Guerra Mundial ampliou ainda mais a sua influência atendendo às populações desassistidas do mundo, vítimas da guerra. Mais adiante, ela procurou ampliar o leque de sua influência na área assistencial abrangendo também aquilo que diz respeito à orientação e ao desenvolvimento do ser humano, passado do aspecto puramente assistencial para, ainda mantendo este aspecto, dar atendimento às necessidades básicas do ser humano no que diz respeito ao seu crescimento e desenvolvimento.

A ADRA - Agência Adventista de Desenvolvimento Assistencial foi fundada em 1893 e assim temos chegado ao mundo hoje com o programa assistencial.

A Igreja Adventista está presente em 205 países e tem no mundo, hoje, 393 clínicas, lanchas e aviões; 174 hospitais e sanatórios; 157 orfanatos e lares para idosos; 6.355 escolas; 99 escolas de ensino superior e universidades e mais de 1.150.000 alunos com 54.000 professores.

No Brasil há um destaque especial também para a Educação: 15% do contingente de alunos da Igreja

Adventista no mundo está presente no Brasil, são 184.000 alunos, boa parte deles atendidos na forma de bolsa, para que eles possam ter a oportunidade de desenvolver e se preparar para a vida. Aqui no Paraná a Igreja Adventista ocupa um espaço em cerca de 700 congregações e cerca de 100 mil pessoas estão na sua comunidade.

Agradecemos a oportunidade, Deputado Artagão, para neste momento apresentarmos uma revista que tem como objetivo ampliar ainda mais a influência da Igreja na comunidade. Entendemos que violência gera violência. A violência é consequência da falta de justiça, também. Queremos ajudar a participar. Não queremos nos omitir. Como disse Martin Luther King Júnior: “o grande problema do mundo não é a ação dos maus, mas é a omissão dos bons”. E nós precisamos nos unir, a sociedade interessada no desenvolvimento humano para então podermos ajudá-la na sua felicidade.

Queremos colocar diante dos senhores aqui, um vídeo que mostra em poucos minutos o que estamos realizando no Sul do Paraná. A Igreja Adventista no Paraná tem duas entidades: uma no Norte, com sede em Maringá, e outra aqui em Curitiba. Este vídeo vai mostrar o que está sendo realizado resumidamente, aqui, na região Sul do Paraná.

(Apresentação de Vídeo)

Desejo ainda nesta tarde, falar dos desbravadores. Um grupo para quem a Igreja tem um carinho muito especial. Crianças que se desenvolvem aprendendo a servir à comunidade, aprendendo a serem úteis na família e em todos os lugares. Temos no Paraná cerca de 3.900 desbravadores, representados em parte pelo Grupo Vila Sandra, aqui. No Paraná, são mais de 7.500 desbravadores e chamo a atenção dos senhores para um evento extraordinário que ocorrerá no dia 15 de janeiro, abrindo-se em Santa Helena no Paraná, onde estarão presentes cerca de dezesseis mil desbravadores da América do Sul, numa convenção grandiosa. Será uma população maior do que a da cidade de Santa Helena.

Desejo convidar a professora Mabel Guedes para falar especificamente sobre o que significa esta revista e a importância dela para a nossa comunidade.

A SRA. MABEL GUEDES

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados.

(Lê):

“A revista ‘Quebrando o Silêncio’ é mais uma ajuda para combater a violência. Em nossos dias a voz de milhões de vítimas de abuso e violência clamam por socorro. Deus, certamente, ouve esse grito abafado. Vê com certeza, que no Brasil uma mulher é vítima de violência a cada quinze segundos. Está ciente de que 2.100.000 mulheres são espancadas por ano. Sabe que mais de 70% da violência é praticada por pessoas conhe-

cidas da vítima. Nosso Deus, porém, vê muito mais do que os dados estatísticos revelam. Sabe que a maioria das pessoas tem medo de 'quebrar o silêncio'.

Ciente disto, o Ministério da Mulher da Igreja Adventista do Sétimo Dia, além de um conjunto de medidas preventivas, preparou este número especial da revista, sobre a violência doméstica, tendo como slogan: 'FAMÍLIA, CUIDE, AME E PROTEJA'.

Como célula *mater* da sociedade, a família precisa ser um refúgio para seus membros. A triste realidade de hoje é: em muitos lares os pais, pela luta da sobrevivência e pelo fato de terem vindo de lares violentos, permitem a continuidade da violência. Não tiram tempo para os filhos, são negligentes quanto a educá-los com amor, não transmitem valores, negam o carinho, o afeto, o companheirismo, deixando-os à mercê das conseqüência da omissão.

Quem ama cuida e protege. Quem ama não se omite. Quem ama não comete abuso contra ninguém. Esta revista enfatiza três aspectos básicos:

1. Conscientização do problema da violência doméstica.

2. Construção da paz na família.

3. Como lidar com os agressores.

A fim de que o número de vítimas de abuso não continue aumentando, todos os membros da sociedade precisam entender a necessidade de 'quebrar o silêncio'. Esse processo de conscientização é importante para que se tomem medidas em favor da paz na família.

Como evitar que as vítimas continuem sofrendo? Como reduzir os efeitos do abuso?

Diante desta necessidade a Igreja Adventista do Sétimo Dia votou uma declaração sobre violência doméstica. O texto em sua íntegra, consta nesta revista 'Quebrando o Silêncio'.

A revista 'Quebrando o Silêncio' chama atenção para o artigo 'O Outro lado da Moeda'. A autora Tércia Barbalho faz uma solene pergunta: Os sentimentos mais ternos são dedicados à vítima, mas que dizer do agressor? Ela afirma que o agressor é uma pessoa que também sofreu violência de alguma forma, mas, infelizmente, age de maneira a repassar o sofrimento, fazendo novas vítimas. Se, contudo, buscar ajuda, poderá transformar a sua vida e das pessoas que magoou.

A Igreja está à procura de caminhos para atuar nas causas e efeitos desse grande problema.

Portanto, há muito o que fazer, mas o importante é dar o primeiro passo de conscientização através de seminários, palestras, aconselhamentos, revistas, impressos, visitas nos lares, nas 'Escolas para Pais' (local onde pais se encontram para receber apoio e orientação na tarefa de educar filhos com amor). Trabalho de apoio aos jovens através dos Clubes de Desbravadores, dos Aventureiros, de educação nas Escolas Adventistas que preparam os jovens para vida 'ensinando valores, construindo vencedores'. O Ministério da Mulher é um departamento que tem trabalhado

visando atingir às necessidades das mulheres nas diversas áreas, emocional, familiar, espiritual saúde física e mental.

Hoje, colocamos nas mãos dos Deputados do Estado do Paraná a revista "Quebrando o Silêncio", que tem como objetivo levar uma mensagem de conscientização à sociedade de que podemos viver uma vida mais feliz levando amor e promovendo a paz aos corações machucados e procurando curar as feridas provocadas pela violência.

A Igreja Adventista do Sétimo Dia agradece ao Deputado Artagão Júnior e aos demais Parlamentares por terem abraçado esta iniciativa e aberto espaço de vital importância para a conscientização e preservação das famílias paranaenses.

Neste momento queremos entregar a revista aos Deputados, imprensa e pessoas convidadas. Convidamos aos Desbravadores que o façam."

A SRA. ELZA CORREIA (Pela Ordem)

Gostaria de saudar o Pastor Antonio, professora Mabel e também ao Deputado Artagão, e dizer que fico muito satisfeita, como Presidente do Conselho Estadual da Mulher, da qual fazem parte também as Deputadas Luciana Rafagnin, Arlete Caramês e Cida Borghetti.

Existem há décadas as lutas das mulheres brasileiras e do planeta, porque isso é uma luta internacional. Vimos tentando conscientizar as mulheres de quebrarem o silêncio, porque o medo e o silêncio são aliados da violência. Mas, é preciso também que outras ações do ponto de vista de políticas públicas também estejam formando uma grande aliança com a Igreja, como é o caso da Igreja Adventista e outras igrejas e religiões se somam a nós, porque é uma tarefa de todos nós fazer cair os índices de violência contra a mulher.

Conforme a professora colocou, a cada quinze segundos uma mulher é agredida neste País e independe de classe social, independe de credo, condições econômicas. As mulheres do planeta são agredidas. A cada quinze segundos - Brasil - se um é agredido, nós estamos conversando aqui há alguns segundos, alguns minutos, quantas neste instante estão em pânico, apavoradas, desesperadas, porque são vítimas da violência doméstica principalmente a violência que acontece dentro de casa?

Gostaria de lembrar que hoje é o Dia Internacional de Luta contra a AIDS e as mulheres acabam sendo as grandes vítimas dessa tragédia que é a questão da AIDS, que é outra violência cometida contra todos os seres humanos, mas muito especialmente contra as mulheres que avançam na escalada da AIDS.

Acho que a Igreja Adventista também, junto com a ABRA e todos que se envolvem com esta questão, estão demonstrando que têm amor, solidariedade, e querem uma sociedade justa, equânime, para homens e mulheres.

Então, em nome do Conselho e das Deputadas, acho que também em nome dos nossos companheiros, que são nossos aliados, Deputado Artagão, queria cum-

primentá-los e agradecer muito a vinda do Pastor e da professora, dos Desbravadores e Desbravadoras, porque são homens e mulheres que estão aqui conosco.

Lerei com muito carinho esta revista, porque tenho certeza de que ela trará ensinamentos e números muito importantes, inclusive, para nosso mandato.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Ninguém deseja fazer uso da palavra no Horário das Lideranças.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

Com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2143, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, requerendo a antecipação da Sessão Ordinária do dia 02 de dezembro (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária de quarta-feira. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2144, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, requerendo a diminuição de interstício para a realização de Sessão Extraordinária, logo após o término da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 221/2004, de autoria do Deputado Marcos Isfer, que dispõe sobre a doação dos cordões umbilicais dos recém-nascidos em maternidades e estabelecimentos hospitalares congêneres do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 733/2003, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que dispõe sobre a remuneração dos cargos de provimento em comissão de Secretários de Estado. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. EMENDA DA CCJ. COM PARECER

FAVORÁVEL. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL ÀS EMENDA 1 E 3 E CONTRÁRIA ÀS EMENDAS 2 E 4. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Em votação emenda aprovada em 2ª discussão.

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, a exemplo do que aconteceu no dia de ontem e antes do recesso de julho deste ano, a Bancada da Oposição tem-se manifestado contra o aumento dos Secretários do Governo do Estado. Por esta razão, queremos mais uma vez nos manifestar contra este projeto e também contra a própria emenda, que foi aprovada no dia de ontem, porque nós entendemos que não é justo conceder 100% de aumento para os Secretários e não conceder nenhum aumento para o Quadro Próprio do Poder Executivo!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação a Emenda. **Aprovada.**

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, registre o voto contrário da Bancada da Oposição.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Que fique registrado meu voto contrário, também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Ficam registrados os votos contrários. Está **aprovada** a emenda.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 385/2004, de autoria do Deputado Reni Pereira, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Irineo da Costa Rodrigues. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 238/2001, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que torna obrigatória a apresentação de passivo ambiental, pelas empresas que necessitam de licença ambiental. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (**Publ. no DA nº 081/2001, de 12.06.2001**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 238/2001

P A R E C E R :

O plano de lei em análise, de autoria do nobre Deputado Neivo Beraldin, tem por finalidade tornar obrigatório a apresentação do passivo ambiental pelas empresas que necessitam de licença ambiental.

O presente projeto foi elaborado de acordo com as normas técnicas legislativas usuais deste Poder.

Na esfera da constitucionalidade que cabe a esta douta Comissão de Constituição e Justiça analisar, não encontramos qualquer vício que possa impedir sua normal tramitação. Pelo contrário, vem ratificar o que preceitua o artigo 207, parágrafo 2º, inciso VII da Constituição Estadual.

Desta forma, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 28.08.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

Em votação.

Com a palavra, pela ordem, o Deputado Marcos Isfer.

O SR. MARCOS ISFER

Sr. Presidente, gostaria de pedir a retirada do presente projeto, uma vez que este projeto ainda não passou pela Comissão de Meio Ambiente e Ecologia.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Atendo à solicitação de V. Exa., porque realmente houve uma falha da assessoria, colocando este projeto na Ordem do Dia, sem passar pela Comissão de Meio Ambiente. **Ele será encaminhado à Comissão de Meio Ambiente.**

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 589/2003, de autoria do Deputado Dr. Luciano Ducci, que determina a criação das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e Violência Escolar - CIPAVES, nos estabelecimentos de ensino do Estado do Paraná. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF, CECE E SP. COM EMENDA DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 079/2003, de 06.10.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 589/2003

P A R E C E R :

A proposta legislativa em análise, de autoria do Deputado Estadual Dr. Luciano Ducci, tem por objetivo criar Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e Violência Escolar -- CIPAVES, nos estabelecimentos de ensino do Estado do Paraná.

Os fundamentos invocados pelo autor da proposta referem-se à violência que não poupa sequer os estabelecimentos públicos de ensino.

Inobstante a justificada preocupação do Parlamentar à proposta legislativa no formato em que foi idealizada, importa em estabelecer atribuições de natureza administrativa a órgãos públicos do Poder Executivo, e portanto a respectiva iniciativa do processo legislativo, é reservada exclusivamente ao Chefe daquele Poder, conforme inferência do artigo 53 da Constituição Estadual, conjugadamente com o que dispõe o artigo 66, inciso IV.

Portanto, não poderá o Parlamentar, por iniciativa própria, apresentar projeto de lei sobre matéria que incumbe ao Poder Executivo provocar a discussão nesta Casa de leis.

Não obstante, a partir do momento em que as Comissões, cuja criação propõe o Parlamentar, vinculem-se às Associações de Pais e Mestres e não diretamente aos estabelecimentos de Ensino Público, que são entes da administração pública direta vinculados à Secretaria de Estado da Educação, fica sanado o vício da inconstitucionalidade que se verificava originalmente.

Isto posto é favorável o parecer desta Comissão de Constituição e Justiça à proposição do nobre Parlamentar, na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 04.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MORIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 589/2003

A presente emenda modificativa ao Projeto de Lei 589/2003, tem por objetivo alterar a redação proposta em seu artigo 1º, conforme redação a seguir:

“Art. 1º - Fica criada em cada uma das Associações de Pais e Mestres - APM, vinculadas aos estabelecimentos estaduais de ensino, uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Violência Escolar - CIPAVE.”

Sala das Comissões, em 04.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

Apoioamento:

Duílio Genari, Marcos Isfer.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 589/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 589/2003, de autoria do Deputado Dr. Luciano Ducci, determina a criação das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e Violência Escolar - CIPAVES, nos estabelecimentos de ensino do Estado do Paraná.

A Comissão de Constituição e Justiça emitiu parecer favorável à tramitação da matéria e apresentou emenda modificativa.

Destina-se a matéria a criar, nos estabelecimentos de ensino, Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Violência Escolar, demonstrando a preocupação da sociedade com a situação encontrada nas escolas do Paraná.

Isto posto, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei 589/2003.

Sala das Comissões, 08.12.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI Nº 589/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 589/2003, de autoria do nobre Deputado Dr. Luciano Ducci, determina a criação de Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e Violência Escolar - CIPAVES vinculadas às respectivas Associações de Pais e Mestres - APM - nos estabelecimentos de ensino do Estado do Paraná.

Após a análise da matéria e inserção de emenda modificativa, a Comissão de Constituição e Justiça posicionou-se favoravelmente ao assunto do citado projeto de lei ora em discussão.

Considera-se que a proposta apresentada seja mais um instrumento para que em ações conjuntas: autoridades competentes, pais, professores e alunos, apontem alternativas de solução para minimizar a situação deplorável de violência que se constata em diversos estabelecimentos de ensino de nosso Estado.

A Comissão de Educação, Cultura e Esportes, considera extremamente relevante o mérito da proposição.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 15.03.2004.

(aa) TADEU VENERI - Presidente
RAFAEL GRECA - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 589/2003

P A R E C E R :

Objetiva o nobre Parlamentar, ao apresentar esta proposta de lei, a criação de Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e Violência Escolar - CIPAVES, nos estabelecimentos de ensino do Estado do Paraná, como instrumento para a prevenção e combate à violência que não poupa sequer os estabelecimentos públicos de ensino.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Esportes manifestaram-se favoravelmente ao projeto, no que respeita às suas respectivas competências regimentais, sendo que a primeira delas condicionou seu parecer à emenda modificativa.

O projeto de lei em questão propiciará um maior envolvimento da comunidade escolar com os problemas

da comunidade local, apostando nas autonomias do cidadão.

Favorável é o parecer desta Comissão de Segurança Pública ao projeto de lei de autoria do Deputado Dr. Luciano Ducci.

Sala das Comissões, em 28.11.2004.

(aa) DELEGADO BRADOCK - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 715/2003, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública a Associação de Agricultores Coletivo do Assentamento Padre Josimo, do Município de Ortigueira, com sede e foro no Município de Ortigueira. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 104/2003, de 02.12.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 715/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Cleiton Kielse, declara de Utilidade Pública a Associação de Agricultores Coletivo do Assentamento Padre Josimo, do Município de Ortigueira, com sede e foro no Município de Ortigueira.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 24.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 279/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que dispõe sobre os direitos e garantias do contribuinte e dá outras providências (defesa do consumidor). **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CDC. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 067/2004, de 04.08.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 279/2004

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 279/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, dispõe sobre os direitos e as garantias do contribuinte e dá outras providências.

Fundamentação

Esta Casa de Leis tem competência para legislar sobre a matéria, conforme o artigo 24 da Constituição Federal:

“Art. 24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direitos tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico”.

A proposição não apresenta óbices de natureza legal e constitucional, devendo seu mérito ser discutido por esta Casa de Leis.

Há que se destacar que proposição semelhante tramita pelo Senado Federal sob o nº PLS 646/1999, de autoria do Senador Jorge Bornhausen e que já obteve parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça do Senado e que agora aguarda desde 21.02.2003, parecer conclusivo da Comissão de Assuntos Econômicos.

Todavia, o projeto de lei deve sofrer duas alterações.

A primeira diz respeito sobre a formalidade da lei complementar. A lei complementar somente tem espaço em nosso ordenamento jurídico quando o texto constitucional assim o exige.

No caso em tela, o presente projeto de lei não está regulamentando nenhum artigo específico da Constituição Federal e também não se enquadra nas hipóteses previstas no artigo 146 da Constituição Federal, que estabelece as matérias tributárias que serão regulamentadas por lei complementar.

Com efeito, deve o projeto ser transformado de lei complementar em lei ordinária.

A segunda alteração diz respeito ao artigo 45 do projeto de lei, tendo em vista que este deve ser retirado do texto, adequando a proposição ao disposto no artigo 9º da Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998, que assim dispõe:

“Art. 9º - Quando necessária a cláusula de revogação, esta deverá indicar expressamente as leis ou disposições legais revogadas.”

Da Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação, transformando o projeto de lei complementar em projeto de lei ordinária, na forma do substitutivo geral em anexo.

Sala das Comissões, em 23.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 279/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Capítulo I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º - Esta lei complementar estabelece normas gerais sobre direitos e garantias aplicáveis na relação tributária do contribuinte com a administração fazendária do Estado do Paraná.

§ 1º - São contribuintes, para os efeitos desta lei complementar e das leis ordinárias, as pessoas físicas ou jurídicas em qualquer situação de sujeição passiva tributária, inclusive nas hipóteses de responsabilidade, substituição, solidariedade e sucessão tributárias.

§ 2º - Estão também sujeitos às disposições desta lei complementar os agentes de retenção de tributos, os representantes legais ou voluntários e os legalmente obrigados a colaborar com o fisco.

Art. 2º - A instituição ou a majoração de tributo atenderá aos princípios da eficiência econômica, da simplicidade administrativa, da flexibilidade, da responsabilidade e da justiça.

§ 1º - Considera-se economicamente eficiente o tributo que não interfere com a correta alocação de recursos produtivos da sociedade.

§ 2º - A administração tributária deve ser de baixo custo, quer para o fisco, quer para o contribuinte.

§ 3º - O tributo deve ser capaz de responder facilmente a mudanças no ambiente econômico.

§ 4º - A incidência do tributo e a aplicação do produto de sua arrecadação devem ser transparentes, para que os contribuintes saibam o quanto pagam e o porquê.

§ 5º - O tributo deve ser e parecer justo, atendendo aos critérios da isonomia, da capacidade contributiva, da equitativa distribuição do seu ônus, da generalidade, da progressividade e da não-confiscatoriedade.

Art. 3º - Os direitos e garantias do contribuinte disciplinados na presente lei serão reconhecidos pela administração fazendária, sem prejuízo de outros decorrentes da Constituição Federal, dos princípios nela expressos e dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

Capítulo II

Das Normas Fundamentais

Art. 4º - A legalidade da instituição do tributo pressupõe a estipulação expressa de todos os elementos indispensáveis à incidência, quais sejam, a descrição objetiva da materialidade do fato gerador, a indicação dos sujeitos do vínculo obrigacional, da base de cálculo e da alíquota, bem como dos aspectos temporal e espacial da obrigação tributária.

Art. 5º - Somente a lei, observado o princípio da anterioridade, pode estabelecer a antecipação do prazo para recolhimento do tributo, a alteração de condições que, de qualquer forma, onerem o contribuinte, bem como a estipulação de requisitos, que modifiquem os

meios ou modos operacionais de apuração de débito tributário.

Art. 6º - As leis instituidoras de taxa deverão identificar expressamente o serviço prestado ou posto à disposição do obrigado ou indicar expressamente o exercício do poder de polícia que justificar a medida.

Art. 7º - Os impostos terão fatos geradores e base de cálculo de tal modo que possam ser objetivamente identificados.

Art. 8º - O exercício dos direitos de petição e de obtenção de certidão em órgãos públicos independente de prova de o contribuinte estar em dia com suas obrigações tributárias principais ou acessórias.

Art. 9º - As leis, regulamentos e demais normas jurídicas que modifiquem matéria tributária indicarão, expressamente, as que estejam sendo revogadas ou alteradas, identificando, com clareza, o assunto, a alteração e o objetivo desta.

Art. 10 - A administração fazendária assegurará aos contribuintes o pleno acesso às informações acerca das normas tributárias e à interpretação que oficialmente lhes atribua.

Art. 11 - É vedada, para fins de cobrança extrajudicial de tributos, a adoção de meios coercitivos contra o contribuinte, tais como a interdição de estabelecimento, a proibição de transacionar com órgãos e entidades públicas e instituições oficiais de crédito, a imposição de sanções administrativas ou a instituição de barreiras fiscais.

§ 1º - Os regimes especiais de fiscalização, aplicáveis a determinados contribuintes, somente poderão ser instituídos nos estritos termos da lei tributária e em hipóteses claramente definidas.

§ 2º - Em nenhuma hipótese, a proibição de transacionar com órgãos e entidades públicas e instituições oficiais de crédito pode ser aplicada quando a origem do débito tributário decorrer de inadimplência da administração pública, direta ou indireta, suas fundações ou autarquias.

Art. 12 - A administração fazendária somente poderá desconsiderar os atos praticados pela sociedade mercantil e atribuir responsabilidade a sócio gerente quando for comprovado que as obrigações tributárias sejam resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, ou violação do estatuto ou do contrato social.

Art. 13 - Presumem-se legítimos, até que a administração fazendária comprove o contrário, os documentos

e atos praticados pelo contribuinte dos quais decorram o nascimento de obrigações tributárias.

Parágrafo Único - Ninguém será obrigado a atestar ou testemunhar contra si próprio, considerando-se ilícita a prova assim obtida do contribuinte.

Art. 14 - Além dos requisitos de prazo, forma e competência, é vedado à legislação tributária estabelecer qualquer outra condição que limite o direito à interposição de impugnações ou recursos na esfera administrativa.

§ 1º - Nenhum depósito, fiança, caução, aval ou qualquer outro ônus poderá ser exigido do contribuinte, administrativamente ou em juízo, como condição para admissibilidade de defesa ou recurso no processo administrativo-tributário.

§ 2º - Excetua-se do disposto neste artigo a garantia da execução fiscal, nos termos da lei processual aplicável.

Capítulo III

Dos Direitos do Contribuinte

Art. 15 - São direitos do contribuinte:

I - ser tratado com respeito e urbanidade pelas autoridades e servidores, que deverão facilitar o exercício de seus direitos e o cumprimento de suas obrigações;

II - poder exercer os seus direitos, ter acesso às informações pessoalmente ou por representante legal movido de instrumento procuratório, de que necessite e dar cumprimento às suas obrigações;

III - formular alegações e apresentar documentos antes das decisões administrativas, observando, quando for o caso, os prazos definidos na legislação, e tê-los considerados por escrito;

IV - ter ciência formal da tramitação dos processos administrativo-tributários, deles ter vista e obter as cópias que requeira, e conhecer formalmente as decisões neles proferidas;

V - fazer-se assistir por advogado;

VI - identificar o servidor de repartição fazendária e conhecer-lhe a função e atribuição do cargo;

VII - receber comprovante pormenorizado dos registros, documentos, livros e mercadorias entregues à fiscalização fazendária ou por ela apreendidos;

VIII - prestar informações apenas por escrito às autoridades fazendárias, em prazo não inferior a 5 (cinco) dias;

IX - ser informado dos prazos para pagamento das prestações a seu encargo, inclusive multas e acessórios, com orientação completa quanto ao procedimento a adotar e à existência de hipóteses de redução do montante exigido;

X - obter certidão negativa de débito, ainda que o crédito tributário tenha sido extinto por causa diversa do pagamento, ou se tornado inexigível, sem prejuízo de nela constar a razão determinante da extinção ou da inexigibilidade;

XI - receber, no prazo definido na legislação, resposta fundamentada a pleito formulado à administração fazendária, inclusive pedido de certidão negativa e nos casos em que a legislação exija prévia certificação dos lançamentos do contribuinte;

XII - ter preservado, perante a administração fazendária, o sigilo de seus negócios, documentos e operações, quando não envolvam os tributos objeto de fiscalização;

XIII - não ser obrigado a exhibir documento que já se encontre em poder da administração pública;

XIV - receber da administração fazendária no que se refere a pagamentos, reembolsos, juros e atualização monetária, o mesmo tratamento que esta dispensa ao contribuinte em idênticas situações.

Art. 16 - O contribuinte será informado do valor cadastral dos bens imóveis e dos procedimentos de sua obtenção, para fins de ciência dos elementos utilizados na exigibilidade dos impostos que indicam sobre a propriedade imobiliária e a transmissão dos direitos a ela relativos.

Parágrafo Único - Configura excesso de exação a avaliação administrativa do imóvel e valores manifestamente superiores aos de mercado, por ela respondendo solidariamente quem assinar laudo e seu superior imediato, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Art. 17 - Ressalvadas as hipóteses de tributos sujeitos a posterior homologação de pagamento que independe de notificação, o contribuinte tem direito de, na forma da lei, ser notificado da cobrança de tributo ou multa.

Parágrafo Único - A notificação deverá indicar as impugnações cabíveis, o prazo para sua interposição, o órgão competente para julgamento, o valor cobrado e seu respectivo cálculo, e, de maneira destacada, o não condicionamento da defesa a qualquer desembolso prévio.

Art. 18 - O órgão no qual tramita o processo administrativo tributário determinará a intimação do interessado para ciência de decisão ou efetivação de diligências.

§ 1º - A intimação deverá conter:

I - a identificação do intimado e o nome do órgão ou entidade administrativa;

II - a finalidade da intimação;

III - a data, hora e local de comparecimento;

IV - informação sobre a necessidade de comparecimento pessoal ou possibilidade de se fazer representar;

V - informação sobre a possibilidade de continuidade do processo independentemente de seu comparecimento;

VI - a indicação dos fatos, provas e fundamentos legais pertinentes.

§ 2º - A intimação observará a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis quanto à data de comparecimento.

§ 3º - A intimação pode ser efetuada por ciência no processo, por via postal com aviso de recebimento, por telegrama ou por outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

§ 4º - No caso de interessados indeterminados, desconhecidos ou com domicílio indefinido, a intimação deve ser efetuada por meio de publicação oficial.

§ 5º - As intimações serão nulas quando feitas sem observância das prescrições legais.

§ 6º - O comparecimento do contribuinte supre a falta ou a irregularidade da intimação.

Art. 19 - Serão objeto de intimação os atos do processo de que resultem, para o interessado, a imposição de deveres, ônus, sanções ou restrições ao exercício de direito e atividades, assim como os atos de outra natureza que produzam efeitos na relação tributária.

Art. 20 - A existência de processo administrativo, em que a exigibilidade do crédito tributário esteja suspensa na forma da lei, e a existência de processo judicial em matéria tributária, em que haja garantia do juízo, não impedirá o contribuinte de fluir de benefícios e incentivos fiscais ou financeiros, nem de participar de licitações.

§ 1º - Será concedida certidão positiva com efeito de negativa no período que medeia a inscrição do crédito tributário em Dívida Ativa e a intimação da ação judicial de cobrança.

§ 2º - Na hipótese de o contribuinte haver ingressado com medida judicial visando a outorga de direito sobre tributo, a eventual iniciativa fiscal para prevenir a decadência e caso o processo administrativo se concluir antes da ação judicial, a administração fazendária somente poderá inscrever o débito tributário em dívida ativa após o trânsito em julgado desta.

Art. 21 - São assegurados, no processos administrativo-fiscais, o contraditório, a ampla defesa e o duplo grau de deliberação.

Parágrafo Único - A segunda instância administrativa será organizada como colegiado, no qual terão assento, de forma paritária, representantes da administração e dos contribuintes.

Art. 22 - A autuação do contribuinte depende da análise de sua defesa prévia, apresentada em 5 (cinco) dias a contar da intimação.

Parágrafo Único - A não apresentação de defesa prévia não impede o prosseguimento do processo, mas não implica confissão quanto à matéria de fato.

Art. 23 - O crédito tributário do contribuinte, assim reconhecido em decisão administrativa definitiva ou sen-

tença judicial transitada em julgado, poderá, por opção sua, ser compensado com débitos tributários próprios ou de terceiros.

Parágrafo Único - Ao crédito tributário, objeto de compensação, aplicam-se os mesmos acréscimos legais incidentes sobre os débitos fiscais, contados desde o pagamento indevido.

Capítulo IV

Das Consultas em Matéria Tributária

Art. 24 - Os contribuintes e as entidades que os representam poderão formular consultas à administração fazendária acerca da vigência, da interpretação e da aplicação da legislação tributária, observado o seguinte:

I - as consultas deverão ser respondidas por escrito e fundamentadamente, no prazo fixado em lei, sob pena de responsabilização funcional;

II - a pendência da resposta impede a atuação por fato que seja objeto da consulta;

III - enquanto pendente de resposta, a autoridade fazendária deverá aceitar a interpretação dada pelo contribuinte à hipótese objeto da consulta.

Parágrafo Único - A administração fazendária é administrativa e civilmente responsável por dano que a conduta de acordo com a resposta à consulta imponha ao contribuinte.

Art. 25 - Os contribuintes têm direito à igualdade entre as soluções a consultas relativas a uma mesma matéria, fundadas em idêntica norma jurídica.

§ 1º - A diversidade de tratamento administrativo-normativo a hipóteses idênticas permite ao contribuinte a adoção do entendimento que lhe seja mais favorável.

Art. 26 - Os princípios que regem o procedimento previsto para a discussão do lançamento tributário são aplicáveis, no que couber, ao direito de consulta do contribuinte.

Parágrafo Único - Na consulta, em razão da ausência de contencioso, não são aplicáveis os princípios do contraditório, da ampla defesa e do duplo grau de jurisdição.

Capítulo V

Dos Deveres da Administração Fazendária

Art. 27 - A Administração Fazendária, no desempenho de suas atribuições, pautará sua atuação de forma a impor o menor ônus possível aos contribuintes.

Art. 28 - A utilização de técnicas presuntivas depende de publicação, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias, das orientações a serem seguidas e de sua base normativa, para conhecimento do sujeito passivo a fim de que este possa, se for o caso, impugnar sua aplicação.

Parágrafo Único - Os indícios, presunções, ficções e equiparações legais não poderão ser instituídos para desvincular a pretensão ao tributo da ocorrência do fato gerador, como definido na Constituição Federal e na lei complementar.

Art. 29 - O parcelamento do débito tributário implica novação, fazendo com que o contribuinte retorne, a este título, ao pleno estado de adimplência, inclusive para fins de obtenção de certidões negativas de débitos fiscais.

§ 1º - A administração fazendária não poderá recusar a expedição de certidões negativas, nem condicionar sua expedição à prestação de garantias, quando não exigidas na concessão do parcelamento.

§ 2º - O não pagamento das parcelas no prazo avençado permitirá à administração fazendária a imediata revogação do parcelamento, a inscrição em dívida ativa dos créditos residuais ainda não inscritos e a retomada de eventuais ações judiciais cabíveis ao caso, exceto caso fortuito ou fato imprevisível, que provoque a quebra do equilíbrio do parcelamento.

Art. 30 - É vedado à administração fazendária, sob pena de responsabilidade funcional de seu agente:

I - recusar, em razão da existência de débitos pendentes, autorização para o contribuinte imprimir documentos fiscais necessários ao desempenho de suas atividades;

II - induzir, por qualquer meio, a auto-denúncia ou a confissão do contribuinte, por meio de artifícios ou preavalecimento da boa-fé, temor ou ignorância;

III - bloquear, suspender ou cancelar inscrição do contribuinte, sem a observância dos princípios do contraditório e da prévia e ampla defesa;

IV - reter, além do tempo marcado no início do procedimento, fiscalizatório, documentos, livros e mercadorias apreendidos dos contribuintes, nos casos previstos em lei;

V - fazer-se acompanhar de força policial nas diligências ao estabelecimento do contribuinte, salvo se com autorização judicial na hipótese de justo receio de resistência ao ato fiscalizatório; e

VI - divulgar, em órgão de comunicação social, o nome de contribuintes em débito.

Art. 31 - O agente da administração fazendária não poderá deixar de receber requerimentos ou comunicações apresentados para protocolo nas repartições fazendárias, sob pena de responsabilidade funcional.

Art. 32 - A administração fazendária obedecerá, dentre outros, aos princípios da justiça, legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

Art. 33 - Nos processos administrativos perante a administração fazendária, serão observados, dentre outros critérios, os de:

I - atuação conforme a lei e o Direito;

II - atendimento aos fins de interesse geral, vedada a renúncia total ou parcial de poderes ou competências, salvo autorização de lei;

III - objetividade no atendimento do interesse jurídico, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades;

IV - atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé;

V - divulgação oficial dos atos administrativos de caráter decisório, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na Constituição;

VI - adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior aquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público;

VII - indicação dos pressupostos e fundamentos de fato e de direito que determinarem a decisão;

VIII - observância das formalidades necessárias, essenciais à garantia dos direitos dos contribuintes;

IX - adoção de formas simples, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos contribuintes;

X - garantia dos direitos à comunicação, à apresentação de alegações finais, à produção de provas e à interposição de recursos nos processos de que possam resultar sanções e nas situações de litígio;

XI - proibição de cobrança de despesas administrativas, ressalvadas as previstas em lei;

XII - impulsão, de ofício, do processo administrativo tributário, sem prejuízo da atuação dos interessados.

Art. 34 - É obrigatório a emissão de decisão fundamentada, pela administração fazendária, nos processos, solicitações ou reclamações em matéria de sua competência, no prazo fixado em lei.

Art. 35 - Os atos administrativos da administração fazendária, sob pena de nulidade, serão motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando:

I - neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses;

II - imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções;

III - decidam recursos administrativo-tributários;

IV - decorram de reexame de ofício;

V - deixem de aplicar jurisprudência firmada sobre a questão ou discrepem de pareceres, laudos, propostas e relatórios oficiais; ou

VI - importem anulação, revogação, suspensão ou convalidação de ato administrativo-tributário.

§ 1º - A motivação há de ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres,

informações, decisões ou propostas que, neste caso, serão parte integrante do ato.

§ 2º - É permitida a utilização de meio mecânico para a reprodução de fundamentos da decisão, desde que haja identidade do tema e que não reste prejudicado direto ou garantia do interesse.

§ 3º - A motivação das decisões de órgãos, colegiados e comissões ou de decisões orais constará da respectiva ata ou de termo escrito.

Art. 36 - A comunicação do agente fazendário ao Ministério Público, contra o contribuinte, pela eventual prática de crime contra a ordem tributária, só poderá ser formalizada após o encerramento do processo administrativo, com a constituição definitiva do crédito tributário, em que se comprove a irregularidade fiscal de natureza dolosa ou fraudulenta.

Art. 37 - O processo de execução fiscal somente pode ser ajuizado ou prosseguir contra quem figure expressamente na certidão da dívida ativa como sujeito passivo tributário.

Art. 38 - É obrigatória a inscrição do crédito tributário na dívida ativa no prazo de até 30 (trinta) dias contados de sua constituição definitiva, sob pena de responsabilidade funcional pela omissão, ressalvada a hipótese prevista no parágrafo 2º, do artigo 20.

Art. 39 - O termo de início de fiscalização deverá obrigatoriamente circunscrever precisamente seu objeto, vinculando a administração fazendária.

Parágrafo Único - Do termo a que alude o *caput* deverá constar o prazo máximo para a ulitimação das diligências que não poderá exceder a 90 (noventa) dias, prorrogável justificadamente uma única vez e por igual período.

Capítulo VI

Da Defesa do Contribuinte

Art. 40 - A defesa dos direitos e garantias dos contribuintes poderá ser exercida administrativamente ou em juízo, individualmente ou a título coletivo.

Art. 41 - Para a defesa dos direitos e garantias protegidos por esta lei são admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela, observadas as normas das leis administrativas e civis pertinentes.

Art. 42 - Compete ao Ministério Público a apuração de responsabilidade do agente público nos casos de prática de atos que configurem crime contra a ordem econômica e tributária tipificado na legislação penal.

Capítulo VII

Das Disposições Finais

Art. 43 - Fica autorizado o Poder Executivo a instituir programa e revitalização das empresas, modulando o fluxo de pagamento dos impostos inadimplidos em função do faturamento mensal.

Art. 44 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 23.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Apoiamento:

Marcos Isfer

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 279/2004

P A R E C E R :

O presente plano de lei é da lavra do Sr. Deputado Hermas Brandão, que dispõe sobre os direitos e garantias do contribuinte e dá outras providências (defesa do consumidor).

A Comissão de Constituição e Justiça, já emitiu, quanto a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, o devido parecer favorável, com emenda substitutiva geral.

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças, de acordo com o que preceitua o artigo 33 em seu parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, não encontrou nada que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Razão pela qual opinamos favoravelmente a sua aprovação, na forma da emenda apresentada pela douta Comissão de Constituição e Justiça. É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.11.2004.

(aa) ELIO RUSCH

Presidente e Relator

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 279/2004

P A R E C E R :

O presente plano de lei, de autoria do nobre deputado Hermas Brandão, dispõe sobre os alimentos e as garantias do contribuinte.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças já apresentaram pareceres favoráveis à proposição, tendo a CCJ apresentado emenda substitutiva geral.

Chamada a opinar a Comissão de Defesa do Consumidor apresenta parecer favorável, tendo em vista o grande alcance e benefícios que advirão com a implantação do plano de lei em tela. É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.11.2004.

(aa) FRANCISCO BÜHRER

Presidente e Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 369/2004, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Produtores Rurais do Bairro São José de Cruzeiro do Oeste, com sede e foro no Município de Cruzeiro do Oeste. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 089/2004, de 18.10.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 369/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, “declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Produtores Rurais do Bairro São José de Cruzeiro do Oeste, com sede e foro no Município de Cruzeiro do Oeste.”

Chamada esta Relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 24.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 373/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 27/2004, que altera incisos do artigo 28 da Lei Complementar nº 40/87 (Estatuto da Procuradoria Geral do Estado). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CF. **(Publ. no DA nº 089/2004, de 19.10.2004, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 373/2004

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei acima epigrafado, foi encaminhado pelo Chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem nº 027/2004, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos Pares desta Casa, e tem como proposta alterar incisos do artigo 28 da Lei Complementar nº 40/87 (Estatuto da Procuradoria).

Na justificativa, o autor diz que o aumento significativo das atribuições desempenhadas pela Procuradoria Geral do Estado, tanto no interesse da administração direta quanto da administração indireta do Estado do Paraná, está por exigir a correção da carreira de Procurador do Estado.

Assim, para o cumprimento eficaz da competência constitucional estadual estabelecida pelos artigos 123 e 126 da Constituição do Estado do Paraná à Procuradoria Geral do Estado, é imprescindível a alteração na carreira que atualmente conta com somente 160 cargos, completamente ocupados e distribuídos em todo território paranaense e Brasília.

Diante da insustentável situação, o Decreto nº 3636, de 20 de setembro de 2004, estabeleceu que os cargos vagos no Quadro Especial de Advogados do Estado do Paraná, devem ser transferidos e acrescidos à carreira de Procuradores do Estado.

O presente projeto de lei tem como fundamento dar efetividade ao aludido decreto e, pela informação obtida junto à Secretaria de Estado da Administração e Previdência, sabe-se que o número de vagas existente no Quadro Especial de Advogados que pode sofrer a transferência para a carreira de Procurador do Estado.

Fundamentação do Parecer

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Governador do Estado do Paraná, Chefe do Poder Executivo, estando, portanto, presente o princípio da admissibilidade.

Conclusão

Assim, chamada esta Relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 03.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 373/2004

P A R E C E R :

O presente plano de lei é da lavra do Poder Executivo, Mensagem nº 27/2004, que altera incisos do artigo 28 da Lei Complementar nº 40/87 (Estatuto da Procuradoria Geral do Estado).

A Comissão de Constituição e Justiça, já emitiu, quanto à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, o devido parecer favorável.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com o que preceitua o artigo 33 em seu parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, não encontrou nada que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis. No entanto, convém salientar que conforme entendimento mantido entre esta Relatoria, a Liderança do Governo e o Procurador Geral do Estado, ficou acordado a inclusão de Emenda Supressiva.

Razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação, porém com a inclusão da Emenda Supressiva. É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.11.2004.

(aa) ELIO RUSCH

Presidente e Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
EMENDA SUPRESSIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 373/2004

Suprima-se o artigo 2º do Projeto de Lei nº 373/2004.

Sala das Comissões, em 30.11.2004.

(a) ELIO RUSCH

Presidente e Relator

Apoioamento:

Marcos Isfer, José Maria Ferreira.

Em votação.

O SR. ELIO RUSCH (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Esse projeto de lei que visa alterar a Lei Complementar nº 40, que é o Estatuto da Procuradoria Geral do Estado do Paraná, foi motivo da presença do Procurador Geral do Estado, Dr. Sérgio Botto de Lacerda aqui, na última segunda-feira.

Ele fez a sua explanação, foi questionado por diversos Parlamentares e tínhamos uma dúvida em relação ao artigo 2º deste projeto. O Procurador teve um entendimento, e nós tivemos outro, e no dia de ontem, com a Liderança do Governo, Deputado Natálio Stica e também com o Procurador Geral do Estado, Dr. Sérgio Botto de Lacerda, tivemos um entendimento para que pudéssemos contemplar, tanto o Governo do Estado, os Procuradores do Governo do Estado, e também os advogados do Estado.

Fizemos uma emenda, num entendimento com o Procurador Geral e com a Liderança do Governo, Deputado Natálio Stica e suprimimos o artigo 2º da Mensagem do Governo do Estado.

Então, apenas ficam criados os 136 cargos, que é de interesse do Governo do Estado, e para que o Procurador possa ainda utilizar o concurso realizado no ano de 2001, apresentamos essa emenda na Comissão de Finanças. É por essa razão que votamos favoráveis a esse projeto. Entendimento mantido na Comissão de Finanças, uma vez que o próprio Deputado Marcos Isfer, e também o Deputado José Maria Ferreira, já tinham apresentado uma emenda assegurando a promoção dos próprios advogados, mas havíamos entendido - se não houvesse os cargos, uma vez que o artigo 2º transferia todos os cargos vagos da carreira dos advogados para a Procuradoria, não tinha como conceder-lhes qualquer avanço ou promoção.

Por isso, em entendimento havido, retira-se a transferência dos cargos vagos e apenas cria-se os cargos.

Essa emenda - subscrita, além deste Deputado, pelo Deputado José Maria Ferreira, que é Vice-Presidente da Comissão de Finanças e também pelo Deputado Marcos Isfer - já faz parte da Mensagem do Governo.

Por esta razão, entendemos que agora podemos aprovar o projeto, atendendo o pleito do Governo do Estado, atendendo o pleito dos Procuradores e também dos advogados, e assim fizemos esta nossa colocação, na Sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação em 1ª discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 374/2004, de autoria do Deputado Natálio Stica, que declara de Utilidade Pública a Associação Casas do Servo Sofredor, com sede e foro no Município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 090/2004, de 19.10.2004)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 374/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Natálio Stica, “declara de Utilidade Pública a Associação Casas do Servo Sofredor, com sede e foro no Município de Curitiba.”

Chamada esta Relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 24.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 388/2004, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pequenos e Médios Produtores Rurais do Município de Alto Paraíso, com sede e foro no mesmo Município. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 094/2004, de 03.11.2004)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 388/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Natálio Stica, “declara de Utilidade Pública a Associação de Pequenos e Médios Produtores Rurais do Município de Alto Paraíso, com sede e foro no mesmo Município.”

Chamada esta Relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 24.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 396/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a ARCAFAR/Sul - Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil, com sede à Avenida Santa Catarina, 220, em Barracão e foro na Comarca de Barracão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 097/2004, de 08.11.2004)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 396/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que “declara de Utilidade Pública a ARCAFAR/Sul - Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil, com sede e foro no Município de Barracão.”

Chamada esta Relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 24.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2141, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2145, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2146 e 2147, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2148, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2151, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2152, de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2153 a 2157, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2158, de autoria do Deputado Natálio Stica, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2159, de autoria dos Deputados Elio Rusch e Delegado Bradock, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra Sessão Ordinária para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 239/2003, e dos Projetos de Lei nºs 222, 314, 355, 403 e 410/2004.

Levanta-se a Sessão.